

A TESE E SUA DEFESA

CELSO DE MAGALHÃES

Técnico de Administração do D.A.S.P.

TESE é uma proposição a defender. Ora, intelectualmente falando, só se defende aquilo que ainda não faz parte do patrimônio cultural da coletividade; logo, a tese deve visar algo de novo, deve concluir por coisas não sabidas, ou imperfeitamente conhecidas, declarando-as verdadeiras.

Antes de iniciar a elaboração de uma tese, é necessário fazer esta pergunta:

“Que é que pretendo provar?”

Digamos, por exemplo, que a resposta seja mais ou menos esta:

“Vou provar que os servidores do Estado morrem mais depressa que os empregados particulares”.

Escolhido o assunto, procurar-se-á um título para o trabalho; seja, *verbi gratia*, este:

“A nocividade do serviço público sobre a saúde do servidor do Estado”.

Está aqui um frontespício para a Secção de Assistência Social, no próximo concurso de Técnico de Administração.

Façamos, agora, nova pergunta:

“De que elementos devo lançar mão para provar que os servidores do Estado morrem mais depressa que os empregados particulares?”

Vejamos:

1. É claro que devo, preliminarmente, definir o conceito de saúde e, então, começaremos invadindo o terreno da medicina, onde não nos faltarão fartas citações de autores consagrados.

Há quem pense que citação é pedantismo ou falta de recursos; está redondamente enganado. As citações são imprescindíveis para dar o argumento de autoridade; ninguém pode afirmar sem base, e as citações são a prova da veracidade dos conceitos emitidos.

2. Depois desse primeiro capítulo, que tanto poderia ser um como diversos — dada a extensão da matéria — conviria entrar no âmbito da higiene para mostrar como é que a saúde deve ser preservada, o que se deve evitar para não adoecer. Mais algumas citações oportunas aumentariam esta parte.

3. Agora, por que não dar destaque maior às questões de psicologia, a despeito de já se ter tratado, na parte anterior, da higiene mental? A psicologia diz respeito aos nervos, e os nervos governam o corpo; ora, numa repartição pública, entre todos os fatores prejudiciais à saúde, avultam os que falam diretamente aos nervos, isto é, os de ordem psicológica. Teríamos então mais um capítulo ornado de brilhantes citações.

4. Discutamos, em seguida, os ensinamentos da Fisiologia do Trabalho, isto é, aquele capítulo especial da higiene que já se deslocou do tronco materno para constituir uma ciência autônoma.

É indispensável para nossa tese dizer como deve ser feito o trabalho, em que lugar, em que horas, com que intensidade e ritmo, sob que condições deve ele ser executado. Cabe aqui um grande desenvolvimento, onde não faltarão ainda boas citações de mestres consagrados.

Até aqui temos vindo preparando o terreno; tudo isto que escrevemos foram preliminares. Agora, vamos entrar diretamente no assunto, no âmago da nossa proposição.

5. Estudemos as principais repartições públicas, de um modo geral e completo: edifícios, instalações, temperatura dos locais de trabalho, luminosidade, ventilação, rotina dos serviços, métodos e normas, lotações, serviços de segurança e proteção, etc. . . . *procurando demonstrar* — este é o objetivo de nossa tese — *que tudo está em desacordo com os princípios discutidos nos capítulos anteriores*. Aqui, porém, a documentação será nossa. O trabalho de procurar as provas nos cabe; não podemos inventar nada; temos de apresentar fatos concretos acompanhados das fontes fidedignas aonde os fomos buscar.

6. Tomemos, agora, algumas empresas particulares de importância reconhecida, onde trabalhem muitas pessoas, e façamos com elas estudo idêntico : edifícios, locais de trabalho, rotina, etc.... *procurando demonstrar que elas não apresentam os defeitos apontados nas repartições públicas* — porque esse é o sentido da nossa tese.

7. Em seguida, acrescentemos um capítulo de elaboração estatística : vamos contar quantos servidores do Estado morreram, de que morreram, onde morreram, em que idade morreram, quanto tempo estiveram doentes, etc.... Façamos o mesmo com os empregados particulares das empresas focalizadas, procurando as profissões correlatas com as do serviço público. Comparemos os resultados e, se tudo estiver a nosso favor, teremos chegado à conclusão a que nos propusemos. Estabelecemos várias premissas para concluir, *logicamente*, pela verdade de nossa afirmativa inicial :

“Os servidores do Estado morrem mais depressa que os empregados particulares”.

O trabalho não é pequeno, é exaustivo, difícil e, no exemplo apresentado, talvez impossível porque os servidores do Estado, parece, não morrem mais depressa que os empregados particulares.

Mas vamos admitir que morram mesmo; estará então perfeita a nossa tese, porque :

- a) dissemos, de início, o que iamos provar;
- b) estabelecemos preliminares necessários à prova que pretendíamos fazer;
- c) mostramos que tais preliminares poderiam ser aplicados às situações focalizadas no trabalho e que, assim sendo,
- d) o fato verificado (maior mortalidade entre os servidores do Estado) tinha sua explicação no desajustamento entre princípios estabelecidos nas preliminares e o ambiente e as condições de trabalho no serviço público.

Isto sim, é uma tese: — *proposições encadeadas logicamente para uma conclusão predeterminada dentro da rigidez silogística.*

Quando alguém faz um trabalho completo sobre tudo quanto já é sabido a respeito de Taylorismo, Serviços Industriais, Orçamento, Almo-xarifados, Café, Siderurgia, etc.... *não faz tese, faz monografia.*

A diferença entre a tese e a monografia é justamente esta :

Tese — parte de elementos conhecidos para provar uma coisa original, desconhecida ou imperfeitamente sabida.

Monografia — apresenta exaustivamente todos os elementos conhecidos, mas anteriormente esparsos, duma determinada questão, sem provar coisa alguma de original; é um estudo completo de um só assunto.

* * *

A tese, justamente por ser um estabelecimento de premissas que tendem a uma conclusão, precisa ser defendida.

A defesa da tese não é para provar a autoridade do trabalho, como pensam muitos por aí afora. Atacadas e talvez invalidadas as premissas pelos examinadores — se o puderem fazer — resultarão certamente nulas as conclusões; pois bem, o autor *defenderá seu ponto de vista*, com argumentos novos, se os tiver; provará a falta de base das objeções levantadas pelos examinadores; esclarecerá certos trechos de seu trabalho, de modo a provar *que de fato são verdadeiras as suas afirmativas.*

Se não puder fazer isto, faliu; perdeu o trabalho e, no caso de concurso, será reprovado — *na defesa da tese.*

No exemplo inventado por nós a respeito da mortalidade dos servidores do Estado, o examinador poderia dizer :

“O candidato afirma que na Repartição X” (páginas tantas de sua tese) as normas de serviços são tais e tais; ora, isto não procede, conforme se verifica do Regimento Interno da mesma repartição. Longe de serem prejudiciais à saúde dos servidores que ali teem exercício, como o declara o candidato, as normas de trabalho adotadas garantem perfeitamente a observância dos princípios da higiene, por isso assim assim, etc....”

Se o candidato tiver argumentos para refutar, muito bem; se os não tiver, pior para ele.

Ou então, teríamos este outro caso :

“O candidato declara a páginas tantas do seu trabalho que na Fundação X morreram no último

decênio apenas 20 operários atacados de tuberculose, ao passo que no Arsenal Y, em serviços idênticos, morreram 480!... As estatísticas apresentadas pelo candidato são de fonte desconhecida, o que é imperdoável em trabalhos desta natureza; por isso a prova oferecida é inaceitável por falta de autoridade”.

Diante desta objeção, o candidato poderia, por exemplo, dizer :

“Perdoe-me V. Excia.; não tendo embora declarado no meu trabalho a fonte onde colhi os dados estatísticos a que V. Excia. se refere, e isso por um descuido que V. Excia. me relevará, posso fazê-lo no entanto agora, pois esses elementos, como poderá V. Excia. verificar, encontram-se a páginas tantas do Anuário Estatístico do Brasil, edição de 194...”

Basta de exemplos.

O examinador que, de início, declara ao candidato :

“Seu trabalho está perfeito; suas conclusões são rigorosamente lógicas” não tem mais o direito de arguir esse candidato, *porque já concordou com a tese e suas conclusões*: por isto, dispensou a defesa, *cuja única finalidade é fazê-lo concordar com o trabalho*.

Se, por acaso e a despeito disso, é obrigado a perguntar, obedecendo a imposições legais, ou sairá do assunto da tese apresentada, o que não é permitido, ou formulará questões de somenos, fugindo à profundidade da argumentação. De qualquer forma, porém, ficará constrangido, quando se tratar de um examinador douto.

O mais que se disser a respeito desta questão, ora muito em foco, está errado porque foge à lógica e ao bom senso.

* * *

Diante do que acabamos de expôr, surge a grande dificuldade em conseguir, para um concurso de Técnico de Administração, uma banca que, em qualquer das secções do programa, esteja igualmente habilitada para discutir, *tecnicamente*, todas as teses apresentadas.

Numa escola superior, geralmente, os examinadores são os professores da matéria discutida na tese, isto é, são homens de grande tirocínio e de muita erudição no assunto a discutir. Por

isso mesmo eles estão quase sempre a cavaleiro da situação, atacando e contra-atacando o candidato, de modo a conseguir uma apreciação segura a respeito do trabalho, *dentro do terreno discutido*, que é o assunto da tese.

No concurso de Técnico de Administração — vejam-se as últimas teses — os assuntos podem ser variadíssimos, dentro de uma mesma secção do programa, obrigando assim cidadãos respeitáveis e cultos a arguir publicamente candidatos possivelmente especializados em questões que esses mesmos examinadores talvez só conheçam pela superfície. Daí a anomalia de se deixar frequentemente a substância da tese, sua parte fundamental, aquilo mesmo que lhe dá valor, para discutir minúcias dispensáveis, fazer divagações literárias ou filosóficas alheias às premissas estabelecidas.

Seria justo pois que se desse permissão às bancas afim de, tal qual fazem os juizes, designarem especialistas para o estudo de cada trabalho apresentado, quando, porventura algum deles transcendesse os conhecimentos técnicos do examinador. Em torno do parecer desse especialista, o examinador prepararia seu ataque, ficando livre ainda de discutir o trabalho sob outros pontos de vista : forma, utilidade prática, oportunidade, etc.

A discussão pública, isto é, a defesa da tese, inclusive as réplicas e as tréplicas, deveria ser taquígrafada e, quando a Revista do Serviço Público honrasse o candidato classificado, com a impressão de seu trabalho, a tese seria acompanhada desses debates orais da defesa, para conhecimento geral, porque tais debates seriam elementos valiosos e indispensáveis à apreciação segura das conclusões formuladas.

A publicação dos debates traria ainda a vantagem de obrigar muito examinador de concursos sérios, assim como o de Técnico de Administração, a apurar seus conhecimentos para poder enfrentar com bastante desembaraço a certos candidatos. ou... caso contrário, a desistir de examinar.

* * *

Finalmente, monografia não é tese e, por isso, não se defende; não há defesa de monografia. Quando se pretende exigir do candidato prova da autoria do trabalho que apresentou, se o trabalho é desse tipo, isto é, monografia, parece que melhor seria dizer :

“Haverá uma prova de debate público em torno do assunto da monografia apresentada”.

RESUMÊ

Theses and their maintenance

A thesis is a proposition which a person advances and offers to maintain by argument. It should view something new. It should cover an unknown or partially known subject and prove that the conclusion is true.

Let us suppose that the subject chosen be "The longevity of public employees is less than that of business employees". To advance such an argument a candidate must demonstrate what is health, how it can be affected by unhygienic buildings and the many causes that shorten the existence of an employee through disease and sickness of the nature of the work itself. Citations from renowned specialists are necessary in order to lend the argument more authority, especially so, when the subject enters the field of science.

Another chapter would deal with psychology, which despite the fact that the rules of hygiene would have already been dealt with in the preceding chapter, deserves extra attention due to its importance in public service.

The physiology of work should also be brought up, as it is an essential element to prove what the writer says.

The latter would only be the preliminary part, after which a detailed study of public departments would have to be made to demonstrate that their conditions violate the principles of hygiene. A similar study could be made of business concerns where the working conditions agree with the established principles.

Statistics should be used to prove that the governmental employees' mortality rate is higher than that of business employees.

If this were possible, the thesis would have been properly proved.

It is undoubtedly an arduous work and sometimes impossible, as it would be in the case of trying to prove what we have just said, because nothing is known that justifies that governmental employees live less than their business comrades.

But if it were an argument based on truth, the thesis would be perfect, because :

- a) The subject would have been properly advanced.
- b) The necessary preliminaries would have been quite established.
- c) We would have demonstrated that the preliminaries could have been applied to the subject under discussion.
- d) A connection would have been made between the preliminaries and the conclusion that a higher mortality rate among the State employees has been proved.

A thesis is not a monograph, which is a written account of a single thing or class of things, but without a new conclusion.

The necessity of an author's maintaining his thesis by argument is not to prove the authorship but to afford him an opportunity to refute any contradiction or objection put forward by an examiner when he disagrees with an established proposition or finds a conclusion illogical.

Nevertheless an examiner is obliged to argue with a candidate within the limits of the subject and if he says he entirely agrees with what was written, the work has been approved and no further questions should be asked.

The subjects presented at a Contest for Specialists in Administration are so vast that it is quite possible for an examiner to ignore certain details that would enable him to argue reasonably with a specialized candidate. In such an instance it is advisable to permit the examiners to submit the thesis to a specialist and on the basis of his opinion they could then arrive at their conclusions. This would not prevent the examiners from drawing conclusions as regards form, utility, opportunity, etc. . . .

Both the questions and answers of an argument between an examiner and a candidate should be stenographed and published together with the written work. Since a discussion is needed to clear up doubts, this procedure would afford anyone a comprehensible reading of the candidate's ideas and work, and in this way oblige an examiner to make a careful study of the written work.